

Deportação em Cabo Verde

O grande aumento das deportações dos Estados Unidos da América para Cabo Verde a partir de meados da década de noventa, bem como a mudança do perfil dos deportados, despoletaram enormes preocupações nas autoridades e na sociedade em geral, que culminariam na concepção de um projecto de inserção social dos mesmos.

Os cidadãos cabo-verdianos expulsos dos EUA apresentavam a particularidade de serem jovens, de terem emigrado na infância e na adolescência e de desconhecerem em grande medida a cultura e a realidade de Cabo Verde. Por outro lado, a ideia de que esses jovens estariam necessariamente ligados à criminalidade e a delinquência foi igualmente difundido, provocando assim alguma apreensão.

Este quadro apontava indícios de importantes dificuldades na adaptação e na aceitação desses cabo-verdianos.

É nesse contexto que se sentiu a necessidade de criação de um grupo de estudo para um levantamento e análise de dados sobre esta matéria e a elaboração de um projecto de integração dos cidadãos cabo-verdianos expulsos do estrangeiro.

Concluiu-se assim que era necessário criar gabinetes de atendimento personalizado aos deportados. Dos cinco que foram determinados somente três iniciaram o seu funcionamento a partir de 2003: um de acolhimento na Ilha do Sal e dois de atendimento nos Mosteiros e na Ilha da Brava.

O serviço de acolhimento na Ilha do Sal tem como objectivos:

- Dar atenção aos cidadãos repatriados à chegada; Solucionar as suas necessidades prementes em termos de alojamento, alimentação, saúde e mobilidade interna; Acolher e minimizar os efeitos traumáticos do repatriamento; Fazer os encaminhamentos necessários.

Os Gabinetes de Atendimento Personalizado aos Deportados (GAP-D) dos Mosteiros e da Brava têm as seguintes atribuições:

- Prestar atendimento psicossocial personalizado; Fazer a avaliação psicotécnica, avaliar as competências sócio-laborais e promover encaminhamentos para formação; Promover a triagem e promoção das competências linguísticas; Apoiar na regularização de documentos oficiais; Avaliar a situação habitacional e nutricional e intervir nas situações de carência; Fazer encaminhamentos para consultas de saúde; Auscultar as aspirações dos cidadãos repatriados, apoiar na organização e materialização dos projectos de vida e acompanhar os utentes no processo de integração socioeconómica.

A maioria dos projectos socioeconómicos financiados através dos GAP-D evoluem positivamente apesar do constrangimento das restrições orçamentais que obrigam a financiar apenas pequenos projectos o que limita, em parte, a viabilidade dos mesmos. No entanto, estes projectos têm garantido o auto – emprego de muitos deportados.

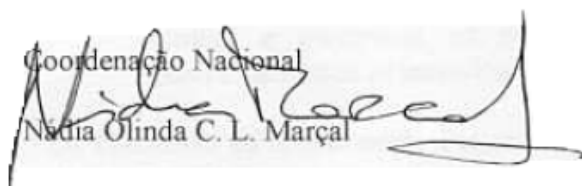
Este aspecto é muito importante para a sua inclusão, principalmente se considerarmos as dificuldades em integrar-se no mundo do trabalho, em parte devido aos preconceitos e estereótipos existentes e, por outro lado, em decorrência da carência de capacitação no domínio profissional e das limitações derivadas da pobreza dos municípios onde intervimos actualmente, Mosteiros e Brava.

O impacto do *Projecto de Integração dos Deportados em Cabo Verde*, em todas as suas vertentes, tem sido positivo. Muitos cidadãos deportados estão razoavelmente integrados nas suas respectivas.

A maioria trabalha ainda que esporadicamente não obstante as dificuldades resultantes dos estereótipos.

A maioria tem família constituída, decorrendo daí vínculos afectivos importantes para o processo de integração psicossocial.

O suporte psicológico, os apoios nos domínios da saúde, da justiça, da habitação, da formação, da documentação, do desporto, etc., prestados de modo personalizado pelos GAP-D bem como o seguimento das novas expulsões pelo IC a nível central têm promovido um sistema de suporte com bons resultados junto dos utentes e das suas famílias.

Coordenação Nacional

Nádia Olinda C. L. Marçal